



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL  
DO ESTADO DO PARANÁ**

**PERÍODO 2018-2020  
(12<sup>a</sup> REVISÃO)**

**LEI N° 9.496, DE 11/09/97, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES N° 148,  
DE 25/11/2014 E N° 156, DE 28/12/2016**

**RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL N° 71/1998  
CONTRATO N° 011/1998 STN/COAFI, DE 31/03/1998  
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO PARANÁ**

A handwritten signature in black ink, likely belonging to a government official, is placed here.

**CURITIBA - PR, 31 DE outubro DE 2018**

# PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ

## APRESENTAÇÃO

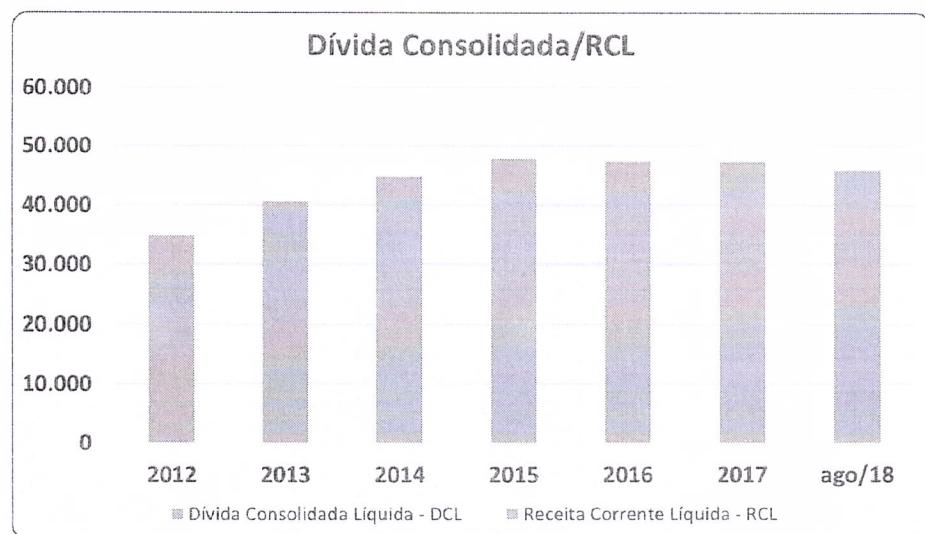
1. Este documento apresenta a décima segunda revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Paraná (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 011/98 STN/COAFI (Contrato), de 31 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 071/98. O Programa dá cumprimento ao disposto no referido contrato e seus aditivos posteriores. A presente revisão contempla metas ou compromissos relativos ao exercício de 2018 e estimativas para os exercícios de 2019 e 2020.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas ou compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas ou compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
  - Anexo I - Demonstrativo da Dívida Consolidada;
  - Anexo II - Demonstrativo do Resultado Primário;
  - Anexo III – Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
  - Anexo IV - Demonstrativo da Receita de Arrecadação Própria;
  - Anexo VI – Disponibilidade de Caixa;
  - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
  - Programa de Trabalho; e
  - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.



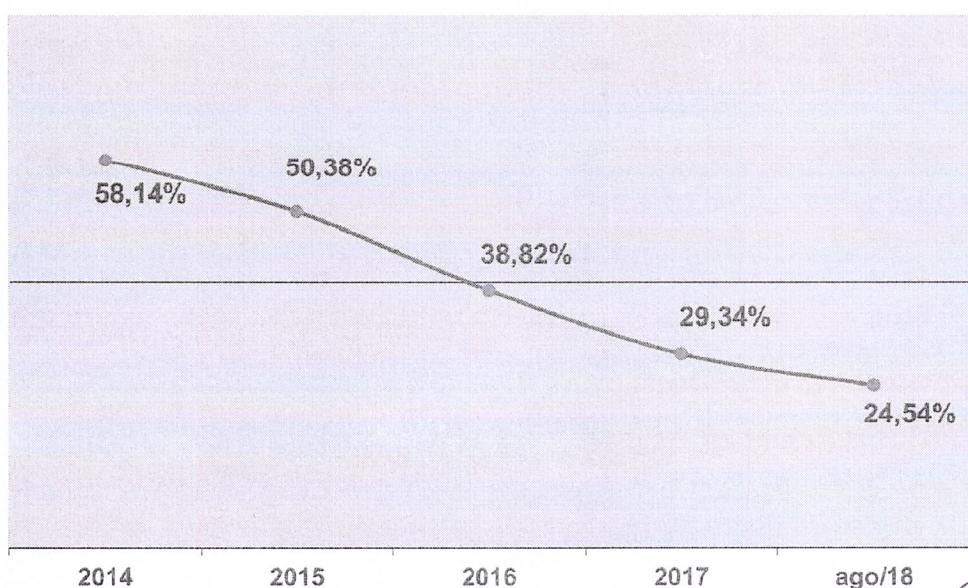
## 1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. Nessa seção será analisada a evolução dos indicadores econômico-financeiros do Estado, segundo os critérios do Programa, de forma a avaliar sua situação fiscal. Para isto, utilizaremos gráficos apresentando a evolução da dívida consolidada, do resultado primário, da despesa com pessoal, da receita de arrecadação própria e de disponibilidade de caixa.

Gráfico 1 – Dívida Consolidada/ RCL

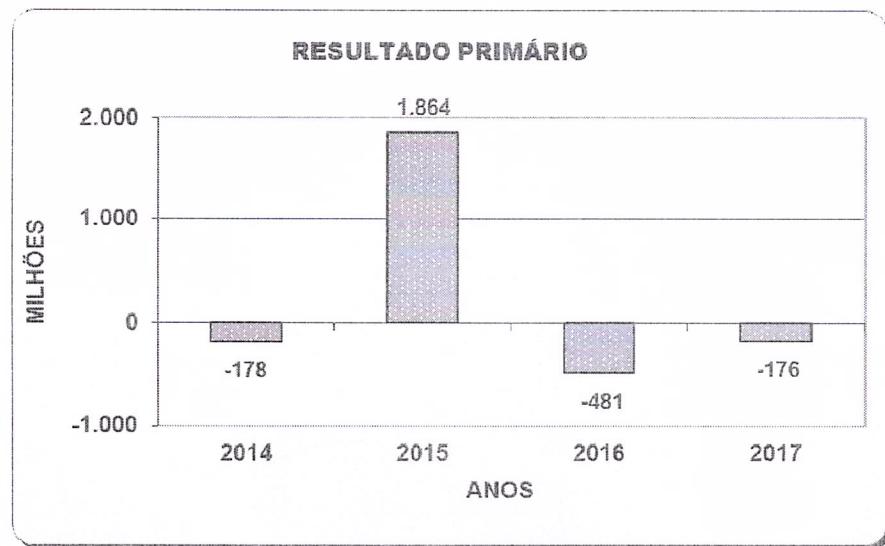


Dívida Consolidada/RCL



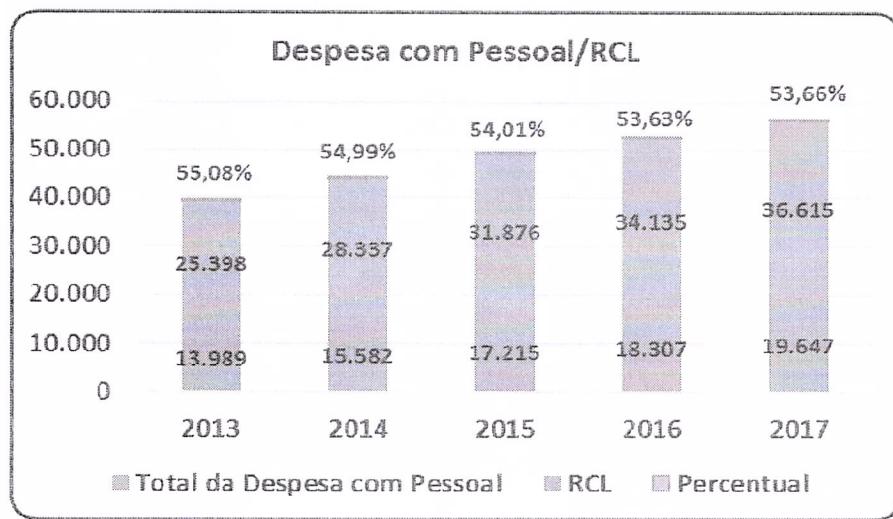
5. A evolução do Gráfico 1 indica que o Estado diminuiu o ritmo de contratações e de liberações de recursos de operações de crédito, com efeitos relevantes sobre o crescimento do endividamento. O patamar atual indica comprometimento da RCL de 24,54% em relação à dívida consolidada.

Gráfico 2 – Resultado Primário



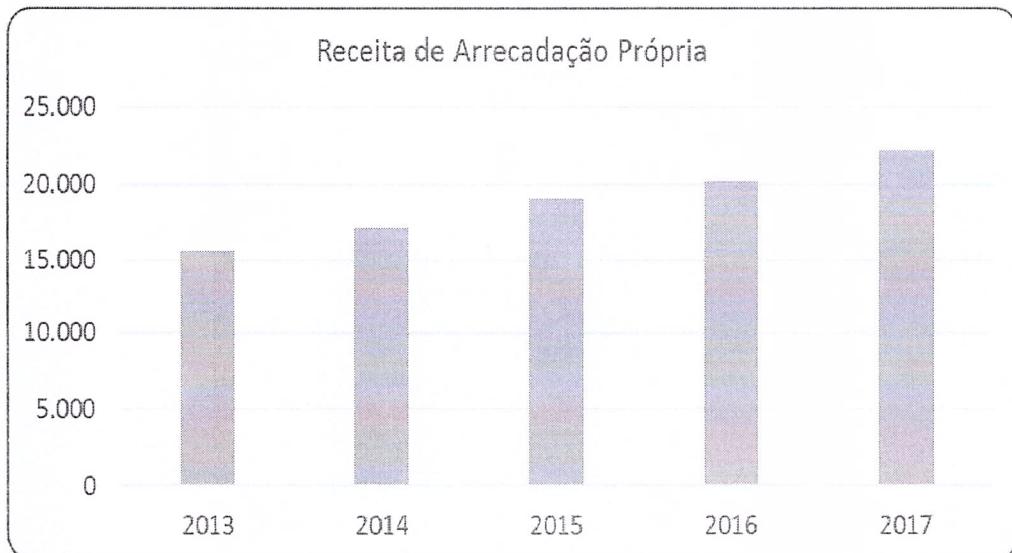
6. Da observação do Gráfico 2, pode-se concluir que há oscilação na série de superávits primários gerados pelo Estado, tendo ocorrido aumento e reduções consecutivamente em todos os anos do período, sempre em valores crescentes e decrescentes. A consequência do resultado exercício de 2016 é devido ao déficit primário do Regime e Previdência, sob o regime capitalizado.

Gráfico 3 – Despesa com Pessoal/RCL



7. No Gráfico 3, verifica-se que ocorreu crescimento da relação DP/RCL ao longo do período analisado. Considerando o caráter não compressivo desse tipo de despesa, seu crescimento restringe a margem de manobra do poder público no enfrentamento das restrições financeiras atuais e futuras.

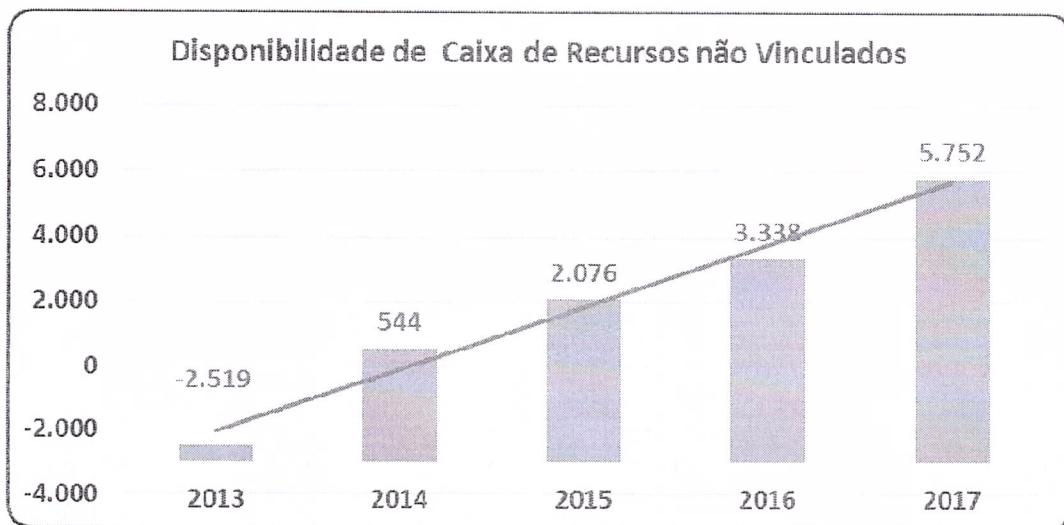
Gráfico 4 – Receita de arrecadação própria



8. A evolução das receitas de arrecadação própria indica o grau de independência da receita estadual em relação às receitas de transferências governamentais, permitindo que o Estado

viabilize sua sustentação fiscal e financeira com base nas receitas de sua competência, evitando que flutuações nos valores dos repasses governamentais comprometam seu equilíbrio. O Gráfico 4 demonstra que no período, o Estado conseguiu reduzir sua dependência de Transferências da União.

Gráfico 5 – Disponibilidade de Caixa de recursos não vinculados



9. Conforme demonstrado no Gráfico 5, o resultado da Disponibilidade de Caixa de Recursos Vinculados vem aumentando positivamente desde 2015, quando o Estado do Paraná passou por um rigoroso ajuste fiscal. Naquele exercício, aplicou-se uma série de medidas com austeridade as quais garantiram uma reserva que ajudou atravessar uma crise econômica que o País viveu.



## **2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA**

10. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos definidos na seção 3 deste documento.
11. O cumprimento das metas ou compromissos do Programa também visa manter ou melhorar a classificação da capacidade de pagamento do Estado, tornando elegíveis as operações de crédito de seu interesse à concessão de garantias da União.



### **3. METAS OU COMPROMISSOS**

#### **META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

RELAÇÃO DC/RCL		
2018	2019	2020
73,99	72,11	71,90

12. A meta 1 do Programa, é não ultrapassar em 2018 a relação DC/RCL acima especificada.
13. A relação considera o estoque das dívidas suportadas pelo Estado e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução. A projeção acima considera ainda o espaço fiscal previsto no TET.
14. A consideração de operações de crédito a contratar no espaço fiscal do Programa não significa anuênciam prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

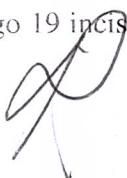
#### **META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO**

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2018	2019	2020
-3.874	-3.048	-3.235

15. A meta 2 do Programa é superar o resultado primário previsto para o exercício de 2018, conforme acima especificado.

#### **META 3 ⇒ DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

16. A meta 3 do Programa consiste em não ultrapassar em 2018 o limite definido no Artigo 19 inciso II da LRF.



## **META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

---

### **RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES**

2018	2019	2020
36.101	37.636	39.100

17. A meta 4 do Programa é superar em 2018 o montante de receitas de arrecadação própria indicado acima.

## **META 5 ⇒ GESTÃO PÚBLICA**

---

18. A meta 5 do Programa é alcançar em 2018 os seguintes compromissos:

- a) Limitar a inscrição restos a pagar em relação à RCL conforme abaixo:

<b>RAP/RCL</b>		
2018	2019	2020
11,60	12,27	12,27

- b) Limitar as despesas de exercícios anteriores em relação à RCL conforme abaixo:

<b>DEA/RCL</b>		
2018	2019	2020
4,72	4,62	4,62

- c) Limitar as outras despesas correntes em relação à RCL conforme abaixo;

<b>ODC/RCL</b>		
2018	2019	2020
51,94	50,81	50,8

- d) Preenchimento do Anexo V do RGF para os demais Poderes:

- e) Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015; e
- f) Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



## **META 6 ⇒ DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

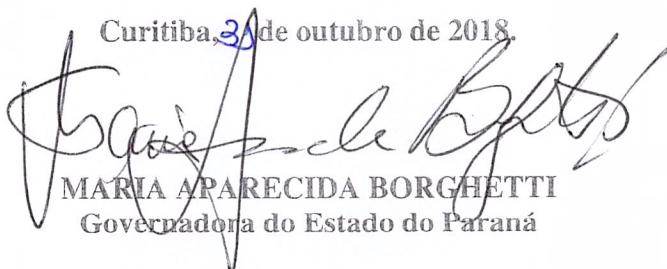
---

19. A meta 6 do Programa consiste em alcançar em 2018 disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados maior que o das obrigações financeiras.

A handwritten signature consisting of a stylized 'S' or 'P' shape followed by a 'D' shape.

#### **4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

20. Durante a vigência do Contrato, o Programa será revisto a cada exercício devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET e no Programa de Trabalho.
21. O Estado em conjunto com a STN estabelecerá metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.
22. A avaliação preliminar do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 30 de junho, conforme Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017 e no TET.
23. O Estado poderá encaminhar pleito de revisão da avaliação preliminar até o dia 31 de agosto do exercício em que ocorre a avaliação.
24. O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento da totalidade das metas ou compromissos, implicando apenamento nos termos da alínea a do inciso IV do art. 5º-A da Lei Complementar nº 148, de 2014, e no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001.
25. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
26. Este é o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal que a Governadora do Estado do Paraná subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97 e suas alterações. O comprometimento com as metas ou compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Curitiba, 30 de outubro de 2018.  
  
MARIA APARECIDA BORGHETTI  
Governadora do Estado do Paraná

## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Dívida Consolidada (II RGF)

2017: realizado; 2018 a 2020: projetado

Saldo em 31/12 de cada exercício

Paraná

	2018	2019	2020	R\$1
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>25.754.575.698</b>	<b>26.666.063.151</b>	<b>27.654.789.078</b>	
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	18.247.096.336	18.911.374.609		19.502.700.699
Empréstimos	2.632.722.315	2.804.506.401		2.906.134.721
Internos	317.688.633	308.204.851		297.547.496
Externos	2.315.033.682	2.496.301.550		2.608.587.225
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	11.362.223.058	11.635.865.837		11.905.941.069
Financiamentos	1.133.920.800	1.206.344.146		1.276.327.878
Internos	1.133.920.800	1.206.344.146		1.276.327.878
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	3.118.230.163	3.264.658.226		3.414.297.031
De Tributos	88.699.923	87.522.358		85.835.418
De Contribuições Previdenciárias	1.475.223.505	1.556.771.096		1.643.282.249
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	1.554.306.736	1.620.364.772		1.685.179.363
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Postiores a 05/05/2000 Vencidos e Nãoc	4.529.766.498	4.529.766.498		4.651.324.135
Outras Dívidas	2.977.712.864	3.224.922.044		3.500.764.244
<b>DEDUÇÕES (II)</b>				
Disponibilidade de Caixa	6.932.799.630	4.920.580.899		3.487.814.178
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.562.729.630	3.818.335.679		2.601.038.666
(-) Restos a Pagar Processados	5.865.029.880	4.105.520.916		2.873.864.641
Demais Haveres Financeiros	302.300.250	287.185.237		272.825.975
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.370.070.000	1.102.245.221		886.775.512
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.821.776.067	21.745.482.251		24.166.974.899
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	34.807.212.841	36.978.684.618		38.460.709.290
	73.99	72.11		71.90

25/10/2018 17:51

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL**  
 Anexo II - Demonstrativo de Resultados Fiscais - Cenário Base Anual  
 2015 a 2017: Realizado; 2018 a 2020: Projetado

**PARANÁ**

	2015	2016	2017	2018	2019	R\$ Milhões 2020
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>41.084</b>	<b>44.007</b>	<b>47.398</b>	<b>45.984</b>	<b>48.612</b>	<b>50.560</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.861	28.575	31.822	31.236	32.543	33.829
ICMS	21.480	22.634	25.608	24.878	25.837	26.846
IPVA	2.663	2.846	2.926	3.022	3.201	3.311
ITCD	398	323	334	344	360	376
IRRF	2.236	2.682	2.841	2.871	3.000	3.146
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	83	91	113	122	143	149
<b>Contribuições</b>	<b>1.376</b>	<b>1.711</b>	<b>1.727</b>	<b>1.569</b>	<b>1.631</b>	<b>1.697</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1.891</b>	<b>1.924</b>	<b>2.191</b>	<b>1.550</b>	<b>1.783</b>	<b>1.925</b>
Aplicações Financeiras (II)	1.679	1.675	1.834	1.350	1.553	1.677
Outras Receitas Patrimoniais	212	249	357	200	230	248
<b>Transferências Correntes</b>	<b>8.227</b>	<b>8.881</b>	<b>8.986</b>	<b>8.852</b>	<b>9.732</b>	<b>10.072</b>
Cota-Parte do FPE	1.762	1.976	1.917	2.049	2.131	2.217
Cota-Parte do IPI-Exp.	323	214	269	414	431	448
Royalties e Participações Especiais	12	9	12	26	27	28
FUNDEB	3.890	4.051	4.254	4.531	4.981	5.175
Outras Transferências Correntes	2.241	2.632	2.534	1.832	2.162	2.205
<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>2.729</b>	<b>2.916</b>	<b>2.672</b>	<b>2.777</b>	<b>2.924</b>	<b>3.038</b>
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0	0	0	0
Receitas Correntes Restantes	2.729	2.916	2.672	2.777	2.924	3.038
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)</b>	<b>39.405</b>	<b>42.332</b>	<b>45.564</b>	<b>44.634</b>	<b>47.060</b>	<b>48.883</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>	<b>511</b>	<b>2.483</b>	<b>1.491</b>	<b>1.364</b>	<b>1.428</b>	<b>1.049</b>
Operações de Crédito (VI)	260	318	221	504	784	434
Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0	20	18	16
Alienação de Bens (VIII)	3	3	896	550	330	297
<b>Transferências de Capital</b>	<b>39</b>	<b>119</b>	<b>54</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>41</b>
Convênios	37	100	39	40	40	41
Outras Transferências de Capital	2	20	16	0	0	0
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>209</b>	<b>2.042</b>	<b>320</b>	<b>250</b>	<b>255</b>	<b>260</b>
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)</b>	<b>248</b>	<b>2.162</b>	<b>374</b>	<b>290</b>	<b>295</b>	<b>301</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (X) = (IV + IX)</b>	<b>39.654</b>	<b>44.494</b>	<b>45.938</b>	<b>44.925</b>	<b>47.355</b>	<b>49.184</b>
<b>RECEITA TOTAL (XI) = (I + V)</b>	<b>41.595</b>	<b>46.490</b>	<b>48.889</b>	<b>47.348</b>	<b>50.040</b>	<b>51.609</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (XII)</b>	<b>36.981</b>	<b>41.892</b>	<b>43.974</b>	<b>46.545</b>	<b>48.063</b>	<b>49.986</b>
Pessoal e Encargos Sociais	21.227	24.300	25.650	27.917	28.703	29.851
Ativo	13.691	15.387	15.848	17.609	17.978	18.698
Inativos e Pensionistas	7.150	8.438	8.883	9.065	9.431	9.808
Outras Despesas com Pessoal	387	476	920	1.243	1.293	1.345
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	818	356	468	550	572	595
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>14.936</b>	<b>17.237</b>	<b>17.855</b>	<b>18.077</b>	<b>18.788</b>	<b>19.540</b>
Transferências Constitucionais e Legais	7.882	8.211	9.140	9.506	9.886	10.282
Demais Despesas Correntes	7.054	9.026	8.715	8.571	8.902	9.258
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)</b>	<b>36.164</b>	<b>41.537</b>	<b>43.506</b>	<b>45.995</b>	<b>47.491</b>	<b>49.391</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XV)</b>	<b>2.225</b>	<b>4.648</b>	<b>3.044</b>	<b>3.404</b>	<b>3.536</b>	<b>3.677</b>
Investimentos	1.180	1.785	2.353	2.714	2.818	2.931
Inversões Financeiras	110	2.187	255	90	94	97
Concessão de Empréstimos (XVI)	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	110	2.187	255	90	94	97
Amortização da Dívida (XIX)	935	675	436	600	624	649
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XX) = (XV - XVI - XVII - XVIII - XIX)</b>	<b>1.290</b>	<b>3.972</b>	<b>2.609</b>	<b>2.804</b>	<b>2.912</b>	<b>3.029</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXI)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXII) = (XIV + XX + XXI)</b>	<b>37.453</b>	<b>45.509</b>	<b>46.115</b>	<b>48.799</b>	<b>50.403</b>	<b>52.419</b>
<b>DESPESA TOTAL (XXIII) = (XII + XV + XXI)</b>	<b>39.207</b>	<b>46.540</b>	<b>47.018</b>	<b>49.949</b>	<b>51.599</b>	<b>53.663</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XXIV) = (X - XXII)</b>	<b>2.200</b>	<b>-1.015</b>	<b>-176</b>	<b>-3.874</b>	<b>-3.048</b>	<b>-3.235</b>
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	818	356	468	550	572	595
Amortização da Dívida (XIX)	935	675	436	600	624	649
Concessão de Empréstimos (XVI)	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Título de Crédito (XVIII)	0	0	0	0	0	0
<b>NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA (XXV) = (XXIV - XII + XIII - XIX - XVI - XVII)</b>	<b>447</b>	<b>-2.046</b>	<b>-1.080</b>	<b>-5.024</b>	<b>-4.244</b>	<b>-4.479</b>
Aplicações Financeiras (II)	1.679	1.675	1.834	1.350	1.553	1.677
Outras Receitas Financeiras (III)	0	0	0	0	0	0
Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0	20	18	16
<b>NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA (XXVI) = (XXV + II + III + VII)</b>	<b>2.125</b>	<b>-371</b>	<b>754</b>	<b>-3.654</b>	<b>-2.673</b>	<b>-2.786</b>
Operações de Crédito (VI)	260	318	221	504	784	434
Alienação de Bens (VIII)	3	3	896	550	330	297
<b>FONTES DE FINANCIAMENTO (XXVII) = (VI + VIII)</b>	<b>263</b>	<b>321</b>	<b>1.117</b>	<b>1.054</b>	<b>1.114</b>	<b>731</b>
Outros fluxos de caixa (XXVIII)	0	0	0	0	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA (XXIX) = (XXVII + XXVI + XXVIII)</b>	<b>2.388</b>	<b>-50</b>	<b>1.871</b>	<b>-2.601</b>	<b>-1.559</b>	<b>-2.055</b>
Juros e encargos ativos (XXX)	0	0	0	0	0	0
Juros e encargos passivos apropriados por competência (XXXI)	0	0	0	0	0	0
<b>RESULTADO NOMINAL (XXXII) = (XXIV + XXX - XXXI)</b>	<b>2.200</b>	<b>-1.015</b>	<b>-176</b>	<b>-3.874</b>	<b>-3.048</b>	<b>-3.235</b>

Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - Transferências Constitucionais - FUNDEB - Outras Deduções da Receita)  
 Despesas=(Despesas Pagas + Restos a Pagar Não Processados Pagos + Restos a Pagar Processados Pagos)

30/10/2018 18:39

## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

Anexo IV - Demonstrativo das Receitas de Arrecadação Própria  
2015 a 2017: Realizado; 2018 a 2020: Projetado

PARANÁ

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>45.782</b>	<b>48.866</b>	<b>52.790</b>	<b>51.491</b>	<b>54.338</b>	<b>56.508</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.032	32.878	36.638	36.098	37.599	39.081
ICMS	25.256	26.539	30.014	29.317	30.447	31.636
IPVA	2.959	3.163	3.253	3.358	3.557	3.679
ITCD	497	403	417	430	451	470
IRRF (II)	2.236	2.682	2.841	2.871	3.000	3.146
Outros impostos, taxas e contribuições de melhoria	83	91	113	122	143	149
<b>Contribuições</b>	<b>1.376</b>	<b>1.711</b>	<b>1.727</b>	<b>1.569</b>	<b>1.631</b>	<b>1.697</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1.891</b>	<b>1.924</b>	<b>2.191</b>	<b>1.550</b>	<b>1.783</b>	<b>1.925</b>
Aplicações Financeiras (III)	1.679	1.675	1.834	1.350	1.553	1.677
Demais Receitas Patrimoniais	212	249	357	200	230	248
<b>Receita Agropecuária</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>11</b>
<b>Receita Industrial</b>	<b>37</b>	<b>47</b>	<b>82</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>1.485</b>	<b>1.675</b>	<b>1.916</b>	<b>1.850</b>	<b>1.924</b>	<b>2.001</b>
<b>Transferências Correntes (IV)</b>	<b>8.754</b>	<b>9.458</b>	<b>9.562</b>	<b>9.497</b>	<b>10.401</b>	<b>10.768</b>
Cota-Parte do FPE	2.202	2.470	2.396	2.562	2.664	2.771
Transferências da LC 87/1996 (Lei Kandir)	147	147	147	144	144	150
Transferências da LC 61/1989 (IPI Exportação)	380	267	336	517	538	560
Transferências do FUNDEB	3.890	4.051	4.254	4.531	4.981	5.175
Outras Transferências Correntes	2.135	2.523	2.428	1.742	2.073	2.113
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.198</b>	<b>1.182</b>	<b>664</b>	<b>899</b>	<b>970</b>	<b>1.006</b>
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>14.053</b>	<b>14.967</b>	<b>16.349</b>	<b>16.683</b>	<b>17.359</b>	<b>18.047</b>
Transferências Constitucionais e Legais	7.882	8.211	9.140	9.506	9.886	10.282
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (VI)	1.370	1.704	1.721	1.569	1.631	1.697
Compensação Financ. entre Regimes Previdênciac (VII)	103	114	96	103	116	121
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.698	4.879	5.392	5.506	5.726	5.948
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (VIII) = (I) - (V)</b>	<b>31.729</b>	<b>33.979</b>	<b>36.440</b>	<b>34.807</b>	<b>36.979</b>	<b>38.461</b>
<b>RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA (IX) = (I) - (II) - (III) - (IV) - (VII)</b>	<b>31.640</b>	<b>33.254</b>	<b>36.735</b>	<b>36.101</b>	<b>37.636</b>	<b>39.100</b>
Receitas=(Receitas Brutas Realizadas - Transferências Constitucionais - Outras Deduções da Receita)						
Transferências Constitucionais e Legais(Empenhadas)						
FUNDEB (Empenhados)						
Na Linha de Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência também estão inclusas as Contrib. dos Militares para o Custo das Pensões.						

30/10/2018 18:39



## PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL

Anexo VI - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar (V RGF) - Poder Executivo

2017: realizado; 2018 a 2020: projetado (Saldo em 31/12 de cada exercício)

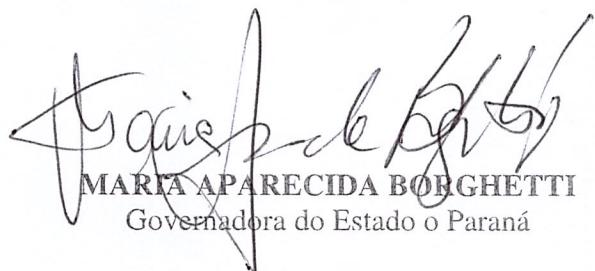
Paraná

	2018	2019	2020
Recursos Vinculados			R\$1
<b>Disponibilidade de Caixa Bruta (I)</b>	<b>2.806.617.763</b>	<b>3.227.610.428</b>	<b>3.760.166.149</b>
Obrigações Financeiras (II) = (III) + (IV) + (V)	302.527.943	339.332.230	326.054.065
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (III)	262.613.130	314.742.592	299.005.463
De Exercícios Anteriores	45.000.000,00	49.500.000,00	47.025.000,00
Do Exercício	217.613.130,12	265.242.592,38	251.980.462,76
<b>Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (IV)</b>	<b>39.914.813</b>	<b>24.589.638</b>	<b>27.048.602</b>
Demais Obrigações Financeiras (V)			
Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (VI)			
Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (VII) = (I) - (II) - (VI)	2.504.089.821	2.888.278.198	3.434.112.084
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	644.844.226,27	806.055.283	1.088.174.631,82
Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)			
Recursos Não Vinculados			
<b>Disponibilidade de Caixa Bruta (VIII)</b>	<b>12.415.196.146</b>	<b>13.656.715.760</b>	<b>12.291.044.184</b>
Recursos Ordinários	5.006.345.467	5.506.980.014	4.956.282.013
Outros Recursos não Vinculados	7.408.850.578	8.149.735.746	7.334.762.172
Obrigações Financeiras (IX) = (X) + (XI) + (XII)	6.663.294.899	7.564.447.772	8.908.888.499
Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos (X)	4.703.967.594	5.879.959.492	7.055.951.391
De Exercícios Anteriores	3.554.684	4.443.355	5.332.026
Do Exercício	4.700.412.910	5.875.516.137	7.050.619.365
<b>Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (XI)</b>	<b>101.281.781</b>	<b>55.430.525</b>	<b>60.973.577</b>
Demais Obrigações Financeiras (XII)	1.858.045.524	1.629.057.755	1.791.963.531
Insuficiência Financeira Verificada no Consórcio Público (XIII)			
Disponibilidade de Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício) (XIV) = (VIII) - (IX) - (XIII)	5.751.901.246	6.092.267.988	3.382.155.686
Recursos Ordinários			
Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício	2.756.390.262,59	2.949.337.581	1.563.148.918
Empenhos Não Liquidados Cancelados (Não inscritos por insuficiência financeira)			

25/10/2018 17:51  


# TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O ESTADO DO PARANÁ E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

O Estado do Paraná (Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (Programa) do Estado para o exercício de 2018.



MARIA APARECIDA BORGHETTI  
Governadora do Estado do Paraná



MANSUETO ALMEIDA  
Secretário do Tesouro Nacional

## **SEÇÃO I – CRITÉRIOS GERAIS**

### **ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE AJUSTE FISCAL**

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que trata este documento adota os mesmos conceitos e definições contidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Em decorrência da alteração da abrangência do Programa, as receitas e despesas serão consideradas conforme descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF).

### **VIGÊNCIA DO PROGRAMA**

O Programa será elaborado para o período de um ano e revisado a cada exercício, contendo metas e compromissos para o exercício de referência e estimativas para os dois exercícios financeiros subsequentes.

O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e de ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento das seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.

### **PROJEÇÕES**

As projeções são realizadas conforme disposto na Portaria STN nº 690, de 11 de agosto de 2017.

### **ESPAÇO FISCAL**

Exclusivamente no âmbito do PAF, entende-se como Espaço Fiscal o valor limite para inclusão de dívidas no PAF de cada Estado, Distrito Federal ou Município de capital o limite anual a contratar de operações de crédito aprovado para o Programa.

As regras a respeito do cálculo do Espaço Fiscal e sua definição estão no Anexo 1.

### **FRUSTRAÇÃO DE RECEITA**

Para fins da aplicação da Portaria nº 265/2018<sup>1</sup>, entende-se com frustração de receita a realização de receita corrente, apuradas da avaliação do PAF, inferior à receita corrente projetada no PAF.



<sup>1</sup> 1 - Portaria nº 265, de 28 de maio de 2018

“Art. 1º A revisão da avaliação que conclua pelo descumprimento das metas e compromissos definidos nos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal e nos Programas de Acompanhamento Fiscal – PAF...”

Art. 2º A revisão de que trata o art. 1º somente poderá ser realizada à vista de justificativa fundamentada apresentada por ente federado que possua:

II - Classificação final “C” ou “D” de Capag, desde que, nesta hipótese, tenha sofrido, no exercício financeiro do descumprimento das metas questionadas, evento de frustração de receita motivado por fator exógeno ao seu controle fiscal, conforme definido no art. 3º.”

## **SEÇÃO II – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS**

---

### **PROJEÇÃO**

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

### **APURAÇÃO DOS DADOS**

Para fins do Programa, o Estado observará, integralmente, os procedimentos contábeis, orçamentários e fiscais estabelecidos no MDF e no MCASP vigentes no exercício avaliado, editados pela STN, e disponibilizará suas informações e seus dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

Para os casos não previstos no MCASP e MDF, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) definirá os tratamentos específicos conforme o caso concreto. Além disso, para fins de comparação das informações fornecidas pelos Estados, poderão ser realizados ajustes.

Para fins de projeção e de avaliação do cumprimento das metas, serão utilizados o MDF e o MCASP referentes ao exercício de 2018.

Os valores de receitas, despesas e dívidas, expressos a preços nominais, serão extraídos do Balanço Geral do Estado (BGE), Declaração de Contas Anuais (DCA), Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Cadastro da Dívida Pública (CDP).

### **ERRO MATERIAL**

Para fins de projeção e ajuste de metas, entende-se como **erro material** o equívoco ou inexatidão relacionado a aspectos objetivos. São erros quanto à utilização de termos, troca de letras, valores errôneos, erros de cálculo, informações fora de local correto entre outros.

### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS**

Até o dia 31 de maio de cada ano, o Estado encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Quando constatado descumprimento de meta pelo estado, o relatório deverá encaminhar justificativa fundamentada para cada meta descumprida.

Não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses, cenário base e parâmetros estimativos. Logo, as metas estabelecidas a preços nominais ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

Após sessenta dias da comunicação ao Estado acerca da avaliação preliminar do cumprimento das metas ou dos compromissos do Programa, e desde que não tenham ocorrido fatos supervenientes contrários àqueles anteriormente considerados na avaliação preliminar, a avaliação será considerada definitiva, conforme parágrafo 8º, do art. 16, do Decreto 9.056, de 24 de maio de 2017.

No âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, devem ser observadas as seguintes condições estabelecidas no parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001:



- o descumprimento das metas e compromissos fiscais, definidos nos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, implicará a imputação, sem prejuízo das demais cominações pactuadas nos contratos de refinanciamento, a título de amortização extraordinária exigida juntamente com a prestação devida, de valor correspondente a vinte centésimos por cento de um doze avos da Receita Corrente Líquida – RCL, nos termos definidos no art. 2º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, correspondente ao exercício imediatamente anterior ao de referência, por meta não cumprida, conforme o Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 011/1998 STN/COAFI (Contrato), de 31 de março de 1998, e suas alterações e da Resolução do Senado Federal nº 71/1998;
- a penalidade prevista no item acima será cobrada pelo período de seis meses, contados a partir da notificação, pela União, do descumprimento, e sem prejuízo das demais cominações pactuadas nos contratos de refinanciamento; e
- no caso de cumprimento integral das metas 1 e 2, não se aplica a penalidade prevista no item acima, e o Estado será considerado adimplente para todos os demais efeitos.

#### **CONTABILIZAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS**

- Está em discussão na CCONF/STN a contabilização de Depósitos Judiciais e, para apuração do PAF 2018, será considerada a orientação estabelecida em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional sobre o assunto.

#### **DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO**

O Estado compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, as seguintes informações e documentos de acordo com o modelo estabelecido no Programa de Trabalho:

- Balanço Geral do Estado – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;
- Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente – até 31 de maio de cada exercício.
- Nota Técnica com a atualização das informações sobre a gestão do sistema previdenciário no exercício anterior, a situação atuarial, a contabilização das receitas e despesas previdenciárias, a situação dos demais poderes (inclusive a demonstração de como são registradas suas receitas e despesas previdenciárias) e a regularidade das contribuições do tesouro estadual para o RPPS – anualmente – até 30 de abril de cada exercício;
- Nota Técnica com a conciliação das informações contábeis dos fundos previdenciário e financeiro com a contabilidade estadual do exercício avaliado – anualmente – até 30 de abril de cada exercício;
- Demonstrativos do estoque, do serviço e das condições contratuais da dívida consolidada – anualmente – até 31 de maio de cada exercício;
- Balancete acumulado até dezembro do exercício avaliado – anualmente – até 25 de fevereiro;
- Demonstrativo do estoque e pagamento de precatórios – até 31 de julho;
- RGF consolidado – anualmente – até 31 de março de cada exercício.

O Estado compromete-se a proceder à homologação dos seguintes documentos no SICONFI e no SADIPEM, segundo os respectivos prazos legais:

- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO;
- Relatório de Gestão Fiscal - RGF;



- Demonstrativo das Contas Anuais - DCA; e
- Cadastro da Dívida Pública - CDP.

Além destes documentos, a COREM poderá solicitar outras informações ou documentos que se fizerem necessários para avaliação do cumprimento de metas.

**VERIFICAÇÃO QUANTO AO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DE NATUREZA ACESSÓRIA DE QUE TRATA O INCISO VI DO ART. 21 DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 43/01**

Os prazos de entrega dos documentos, para fins de comprovação quanto ao adimplemento de que trata a Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, são os estabelecidos neste TET. Porém, quando não especificado, o prazo será o 25º dia do segundo mês subsequente, nos termos da citada Portaria. No caso de os prazos estabelecidos não coincidirem com dia útil, o envio da documentação deve ser antecipado.

Para todos os efeitos, o não cumprimento dos prazos acima especificados, o não cumprimento das metas e compromissos nos termos definidos na subseção “Avaliação do Cumprimento de Metas e Compromissos”, bem como a não revisão do Programa nos termos da subseção “Vigência do Programa” implicará que a adimplênciia para com o Programa não poderá ser atestada na consulta disponibilizada no seguinte endereço eletrônico:

[https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao\\_adimplencia.jsf](https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/verificacao_adimplencia.jsf)

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P.", is positioned to the right of the URL.

## **SEÇÃO III – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

---

### **META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA (DC)/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**

Não ultrapassar a relação DC/RCL especificada no Programa.

A consideração do espaço fiscal no Programa não significa anuênciam prévia da STN, já que as eventuais operações que comporão o espaço fiscal deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### ***Quanto à Dívida Consolidada***

###### **Origem dos dados**

O serviço e o saldo realizados da dívida consolidada são extraídos de:

- Demonstrativo anual do saldo e do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado;
- Demonstrativo das Condições Contratuais da Dívida Consolidada do Estado;
- RGF do 3º quadrimestre do exercício avaliado;
- Balanço Geral do Estado - BGE; e
- Informações da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI).

###### **Conciliações**

Os saldos devedores das dívidas na posição de dezembro, do último exercício findo, informados no Demonstrativo anual do saldo e do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado e no Demonstrativo das condições contratuais da dívida consolidada do Estado são conciliados com as informações do RGF do 3º quadrimestre, com o BGE e com as informações da COAFI.

###### **Apuração**

A dívida consolidada a ser apurada corresponde ao saldo na posição de dezembro do último exercício findo.

##### ***Quanto à receita corrente líquida***

###### **Apuração**

A RCL apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro do exercício, expressa a preços correntes.

##### ***Quanto à Relação DC/RCL***

###### **Avaliação**

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta projetada e o resultado apurado.

### **META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO**

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário considerando as receitas arrecadadas, as despesas pagas e os pagamentos de restos a pagar.



No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### **Apuração**

Para efeitos do Programa, a apuração do resultado primário será feita de acordo com o MDF e o MCASP.

##### **Avaliação**

A avaliação do cumprimento da meta 2 dar-se-á pela comparação entre a meta projetada e o resultado apurado.

### **META 3 – DESPESAS COM PESSOAL**

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da RCL, a qual deverá ser limitada ao percentual especificado no Programa.

#### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### *Quanto à Despesa com Pessoal*

###### **Origem dos dados**

- RREO;
- RGF consolidado;
- Balancetes de receitas e despesas previdenciárias;
- Nota Técnica com a atualização das informações sobre a gestão do sistema previdenciário no exercício anterior, a situação atuarial, a contabilização das receitas e despesas previdenciárias, a situação dos demais poderes (inclusive a demonstração de como são registradas suas receitas e despesas previdenciárias) e a regularidade das contribuições do tesouro estadual para o RPPS – anualmente – até 31 de março de cada exercício; e
- Nota Técnica com a conciliação das informações contábeis dos fundos previdenciário e financeiro com a contabilidade estadual do exercício avaliado – anualmente – até 31 de março de cada exercício.
- Quadro informativo com as despesas de pessoal de cada OS vinculada ao Estado. – até 31 de maio de cada exercício.

###### **Apuração**

Para efeitos do Programa, a apuração da despesa com pessoal será feita de acordo com o MDF.

A linha de inativos e pensionistas com recursos vinculados será calculada com base na análise conjunta dos dados encaminhados pelo Estado no âmbito do PAF e quaisquer informações detalhadas apresentadas pelo Estado.

##### *Despesa com Pessoal das OS's*

Para fins de apuração, conforme disposto no MDF vigente, serão consideradas na despesa com pessoal do Estado as despesas com pessoal das Organizações Sociais a ele vinculadas.

##### *Quanto à RCL*

Refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços nominais.



## **META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

Estabelece os montantes anuais projetados das receitas de arrecadação própria, a preços nominais, para o referido Programa.

Para efeitos da meta de receita de arrecadação própria, será apurada a partir da Receita Corrente deduzindo os seguintes itens:

- I - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- II - Aplicações Financeiras;
- III - Transferências Correntes;
- IV - Contribuições do servidor para o Plano de Previdência;
- V - Contribuições dos militares para o custeio das pensões; e
- VI - Compensação Financeira entre Regimes de Previdência.

## **META 5 – GESTÃO PÚBLICA**

Estabelece compromissos, quantitativos ou qualitativos, em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparéncia e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas e crescimentos de receitas.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Os compromissos serão avaliados quantitativamente e qualitativamente conforme estabelecido no Programa e deverão ter seu cumprimento evidenciado no Relatório do Programa. O cumprimento dessa meta dar-se-á apenas se todos os compromissos quantitativos e qualitativos forem cumpridos.

## **META 6 – DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

A meta de disponibilidade de caixa deverá dar transparéncia ao montante disponível para fins da inscrição em restos a pagar, demonstrando se o ente possui liquidez para arcar com seus compromissos financeiros.

### **ASPECTOS ESPECÍFICOS DA APURAÇÃO E AVALIAÇÃO**

Para a meta de disponibilidade de caixa será estipulada a obrigatoriedade da disponibilidade de caixa de recursos não-vinculados do poder executivo maior que o das obrigações financeiras.

Os dados serão apurados a partir do Anexo V do RGF do 3º quadrimestre.

## **SEÇÃO V – APURAÇÃO DO ESPAÇO FISCAL A CONTRATAR**

O Espaço Fiscal é de R\$ 2.249.615.578,95 (dois bilhões duzentos e quarenta e nove milhões seiscentos e quinze mil quinhentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e não sofrerá acréscimo nesta revisão do PAF, conforme o Anexo 1.

O Espaço Fiscal concedido nesta revisão terá vigência até a próxima revisão do Programa. Os valores acrescidos ao Espaço Fiscal na forma do parágrafo anterior e não utilizados serão cancelados ao final do exercício em que foram acrescidos.

Os valores das operações de crédito serão deduzidos do Espaço Fiscal no momento do protocolo do Pedido de Verificação de Limites e Condições na Secretaria do Tesouro Nacional. Os valores em moeda estrangeira serão deduzidos do Espaço Fiscal convertidos para Real com base na

cotação de venda da taxa de câmbio de fechamento disponível no site do Banco Central relativa ao último dia útil do exercício anterior ao da dedução.

Não serão deduzidos do Espaço Fiscal os valores que não afetarem o saldo da Dívida Consolidada ou das operações de crédito que possam receber a garantia da União e que atenderem a pelo menos um dos requisitos expressos nos incisos II e III, do art. 12, da Portaria nº 501, de 24 de novembro de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or 'F' followed by a dot.

## PROGRAMA DE TRABALHO DE 2018

O Programa de Trabalho de 2018 pretende subsidiar a avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2018 e a revisão dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados de 2019.

Tendo em vista o prazo de finalização da avaliação preliminar até 31 de julho, o Estado é responsável pela celeridade no atendimento das solicitações e de eventuais esclarecimentos adicionais.

Os documentos abaixo discriminados, devidamente assinados, devem ser enviados à COREM/STN por meio físico e eletrônico até os prazos de entrega especificados na tabela a seguir:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>ITEM</b>	<b>PRAZO DE ENTREGA</b>
Quadros de dívida para a avaliação de 2019 (posição 31/12/18)	1	31 de maio
Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado (1.10a)		
Demonstrativo das liberações de operações de crédito no exercício avaliado (1.21b)		
Quadros de dívida para a revisão de 2019 (dados até abril de 2019 e projeção para os demais)	2	31 de julho
Demonstrativo quadrimestral do saldo e anual do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado (1.10a)		
Demonstrativo do estoque e pagamentos dos Precatórios (1.10c)		
Demonstrativo das condições contratuais das dívidas financeiras do tesouro estadual (1.17)		
Demonstrativo das liberações das operações de crédito contratadas e a contratar (1.21a)		
Demonstrativo das liberações de operações de crédito no exercício avaliado (1.21b)		
Balancete acumulado até dezembro do exercício avaliado	3	25 de fevereiro
Nota Técnica com a atualização das informações sobre a gestão do sistema previdenciário no exercício anterior, a situação atuarial, a contabilização das receitas e despesas previdenciárias, a situação dos demais poderes (inclusive a demonstração de como são registradas suas receitas e despesas previdenciárias) e a regularidade das contribuições do tesouro estadual para o RPPS (1.13a)	4	30 de abril
Nota Técnica com a conciliação das informações contábeis dos fundos previdenciário e financeiro com a contabilidade estadual do exercício avaliado (1.13b)	5	30 de abril
RGF consolidado	6	31 de março
Balanço do exercício avaliado	7	31 de maio
Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte - Relatório do Programa (1.9)	8	31 de maio
Nota sobre a utilização das fontes de recursos previdenciárias	9	30 de abril
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar	10	31 de maio
Quadro de estatais	11	30 de abril
Demonstrativo da despesa com pessoal consolidada por poder e órgão	12	30 de abril
Demonstrativo do RPPS: apuração financeira do fundo financeiro civil e militar	13	30 de abril
Demonstrativo do RPPS: apuração financeira do fundo previdenciário civil e militar	14	30 de abril
Quadro de informação de pessoal	15	30 de abril
Quadro de arrecadação de depósitos judiciais e/ou administrativos	16	31 de março
Nota técnica sobre a arrecadação de depósitos judiciais e/ou administrativos	17	31 de março



Nota técnica sobre a cessão de direitos creditórios	18	31 de março
Quadro sobre a arrecadação de ICMS	19	31 de março
Nota técnica sobre a arrecadação de ICMS	20	31 de março

Ressalte-se que alguns dos documentos acima constam da Seção *II – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS*, Item *DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO* do Termo de Entendimento Técnico (TET) dos Estados e do Distrito Federal, cujos prazos de entrega estabelecidos devem necessariamente ser atendidos, para fins de comprovação quanto ao adimplemento de que trata o inciso IV do art. 5º da Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012.

Cada demonstrativo e quadro será acompanhado de notas explicativas sobre o seu preenchimento.

